

OPERAÇÕES BANCÁRIAS: RISCOS E INCERTEZAS OPERACIONAIS

Fernanda Martins Alves¹

Marcos Paulo Gallis²

Resumo

Neste artigo vamos conceituar a diferença entre riscos e incerteza na área operacional dentro do âmbito de investimentos do mercado financeiro, fazendo uma análise dos acordos que ocorrem nas operações bancárias que trazem riscos aos títulos negociados entre as empresas e o Governo, buscando como parâmetro de indicadores os bancos financeiros do Brasil. Neste artigo contém uma pequena análise a respeito de risco operacional no qual se debate sobre as normas efetivadas pelo Comitê de Basileia e seu novo acordo, que trazem consequências aos acionistas e consecutivamente aos depositantes, onde essa análise é veiculada a jogos estratégicos para compreender o comportamento econômico e encontrar uma estratégia de coesão em circunstâncias em que o resultado dar-se-á no confronto com estratégias de outros agentes com objetivos em comum, acionista e depositante. Quando se aplica num investimento financeiro, deve se ater em fazer uma prévia análise da instituição e o que será ganho nela, pois em cada operação feita o retorno pode ser negativo o que inverte o estado de incerteza para estado de risco. Em operações financeiras todo investimento está sujeito a riscos, por isso deve se ter atenção à transformação do mercado, bem como as normas e regra de cada seguimento para se receber um retorno seguro e proveitoso. Portanto, a informação e o controle de possíveis riscos diminuem os impactos nos investimentos.

Palavras-chave: Investimentos; Riscos; incerteza.

Abstract

In this article we will conceptualize the difference between risks and uncertainty in the operational area within the scope of investments in the financial market, making an analysis of the agreements that occur in the banking operations that bring risks to the securities negotiated between the companies and the Government, searching as a parameter of indicators the financial banks of Brazil. This article contains a short analysis of operational risk in which the Basel Committee and its new agreement are discussed, which have consequences for shareholders and consequently for depositors, where this analysis is carried out to strategic games to understand the behavior and find a cohesion strategy in circumstances in which the result will be the confrontation with strategies of other agents with common objectives, shareholder and

¹ Bacharel em Ciências Contábeis- UNISA, Universidade de Santo Amaro; Analista Contábil na Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz; Aluna do curso de Pós-Graduação MBA Finanças e controladoria Faculdade Legale e Legale Cursos Jurídicos.

² Bacharel em Ciências Contábeis- Instituto Educacional do Estado de São Paulo; Aluno do curso de Pós-Graduação MBA Finanças e controladoria Faculdade Legale e Legale Cursos Jurídicos.



depositor. When applied in a financial investment, you should focus on doing a previous analysis of the institution and what will be gained in it, because in each operation the return can be negative which reverses the state of uncertainty to state of risk. In financial transactions, all investments are subject to risks, so attention must be paid to the transformation of the market, as well as the rules and rules of each follow-up to receive a safe and profitable return. Therefore, information and control of possible risks reduce the impact on investments.

Keywords: Investments; Scratches; uncertainty.

1. Introdução

Em conformidade com o Comitê de Basileia, O OR *operational risk* são várias situações causadas por fatores externos. A atividade financeira evoluiu numa escala de grande medida nesses últimos tempos, houve um aumento considerável nos negócios financeiros em todo o mundo, assim como em sua dimensão também cresceu de maneira heterogênea, e o aumento de serviços subiu tanto que pode se considerar como risco operacional. Diante disto, as entidades financeiras criaram um sistema altamente eficiente e avançado para lidar com mais facilidade diante da probabilidade de ocorrer riscos operacionais. Por fazer parte de uma categoria restrita a situações de pouca periodicidade, o risco é considerado grave, quando uma entidade financeira reconhece um risco dentro de suas operações, observa-se uma baixa considerável em seus lucros e diminui a chance de um crescimento exponencial.

Segundo Peter Drucker, existe o risco que você não pode jamais correr, e existe o risco que você não pode deixar de correr. Ainda assim as atividades de mediação financeiras e bancárias apresentam uma longa lista de risco operacional. Sob o ponto de vista dos acionistas os riscos operacionais diminuem a cotação e a valia dos serviços e aplicações. Dentro desta situação algumas instituições financeiras correm atrás de amenizar os riscos para que não sofram grandes perdas relacionadas a estes. A especificação dos riscos ajuda em algumas situações como suporte aos bancos na multiplicação do capital de seus investidores.

A explicação é que o levantamento de fatos e acontecimentos dentro do contexto das operações e serviços ajuda na escolha dos executivos em seus investimentos, reduzindo as perdas e aumentando consideravelmente a sua eficácia. Existe também a possibilidade de driblar o risco aumentando a base da sociedade, condição essa indispensável para uma economia avançada, ou contratando um seguro que proteja esse serviço ou investimento do risco operacional. Ainda sim essas escolhas não são 100% (cem por cento), devido ao custo benefício dessa alternativa, e se ele realmente vai diminuir a periodicidade dos incidentes causados pelos riscos operacionais. Surge a partir daí então, a questão de um banco contratar ou não um seguro para desviar-se de possíveis manifestações de riscos.

No jogo de interesses, há situações que geram discursões sensíveis e delicadas entre os bancos, acionistas e depositantes, bem como a influência de órgãos reguladores. Quando se contrata um seguro, gera a pergunta, quem deve contratar quem ira se beneficiar deste. Numa breve análise dos tipos de riscos como variação de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito, risco de operações fora do balanço, risco de câmbio, risco soberano, risco de liquidez, os bancos acabam por fazer a contratação do seguro, pois está sujeito ao risco de sistema interno, tecnológico, humano, fraudulento etc. Contudo podemos fracionar em dois os risco que existem nas operações financeiras: intermediação financeira e o operacional. Haja vista que tanto acionista como depositantes, são afetados pelos riscos operacionais, fato que diante a contratação de um seguro não há beneficiários quando se omitem os riscos operacionais e, conseqüentemente o estímulo e a conveniência de potencialização para evita-los cabe aos dois.

Este artigo procurou analisar a interação entre os depositantes e os acionistas na atual visão do mercado. Já que a tendência global é criar métodos que auxiliem na gestão sobre os riscos, pois apenas uma operação seria suficiente para quebrar um banco. O artigo também trará uma breve

definição para os tipos de riscos operacionais, bem como as tomadas de decisões de todas as partes envolvidas: banco, acionistas e depositantes.

2. Risco Operacional: Normas, Gestão e Basileia.

Na intenção de monitorar as atividades financeiras no fim de 1974 os dirigentes dos bancos centrais e do G-10 (Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça) desenvolveram o conselho de Supervisão Bancária denominada Basileia, dado a variação de situações diversas ocorridas em atividades financeiras.

Basel Committee on Banking Supervision - Comitê de Basileia para Supervisão Bancária tem sua sede no *BIS- Bank for International Settlements* (Banco de Registros Internacionais) instituição internacional de assistência aos bancos centrais e demais entidades financeiras. No primeiro acordo de normas e diretrizes de Basileia criado em 1988 na intenção de gerenciamento internacional dos bancos, visava amenizar o contraste de disputas financeiras entre os bancos levando em conta suas operações em vários países, estabeleceu os seguimentos do capital para avaliar o suporte a riscos de créditos e ativos nas operações. Anos depois incorporou o risco de mercado, numa fase de crise financeira. Deu-se então, a carência de um monitoramento devido ao grau do risco, gerando assim a criação de um pacto contemporâneo devido a chances de perdas nas aplicações financeiras.

A estrutura do Novo Acordo de Basileia tinha ponto de partida à saúde e estabilidade de operações financeiras em várias classes bancaria internacionalmente, na intenção de oferecer estímulos no crescimento de suas estruturas e controle dos riscos. Neste compasso, com as normas de Basileia as operações financeiras do Brasil também ficaram expostas aos riscos mundiais.

O banco Central do Brasil através de seu Conselho Monetário Nacional criou a Resolução 2.554, que determina que cada Instituição financeira implantasse e programasse o controle de suas atividades e serviços desenvolvidos em seus sistemas de informações financeiras, operacional e de gestão normas regulamentadoras e cabíveis no controle interno que estivessem de acordo com as normas do comitê de Basileia. Na busca de autocontrole e monitoramento dos riscos nas entidades financeiras, o CMN amparado nas normas de Basileia lançou muitos outros documentos que desse respaldo as instituições diante a um possível risco nas operações.

Investimentos para alguns autores estão diretamente ligados a ativos, tanto os seguros quanto os de riscos; já para outros está ligado somente ao comprometimento de recursos compensatórios a médio e longo prazo, levando em consideração que neste prazo há incertezas e comprometimentos de risco que podem gerar apenas prejuízo. Consideram como fatores de incerteza ao aumento de custo, o tempo de variação e possíveis eventos taxativos na escolha de investimentos, o que fica claro e previsto que o risco vai existir, já a incerteza é muito relativa, pois o investidor não sabe qual seriam as possibilidades dos eventos associados que venham a ocorrer.

Para alguns investidores de acordo com suas crenças e experiências não há um compartilhamento de possibilidades relativas na técnica de seus métodos estratégicos, mas em seu ver mesmo não tendo uma noção dessas possibilidades, acredita que pode de criar ideias baseadas nas informações avaliadas. Contudo, os sócios e depositários não podem levar ao pé da letra o retorno de suas decisões em seus investimentos, pois nada garante o seu lucro, os eventos podem ter vários resultados já que estão diante de um investimento que não tem certeza de risco mais uma grande possibilidade dele que se classifica como uma incerteza.

A vantagem de se avaliar as incertezas e possibilidades de lucros em uma operação faz com que o aplicador mude sua posição de incerteza para risco, já que em numa ocasião de risco o índice lucro ou prejuízo oscila em sua proporção investida. Numa situação de incerteza os sócios e depositários não possuem o total conhecimento da situação, nem de seus resultados no futuro, e esse é um dos maiores obstáculos do ramo financeiro hoje em dia. Na verdade foram as transmissões de dados, a falta de regulamentação e liberação de mercados é propiciaram as incertezas nas operações financeiras.

No ramo de investimento há muitos intermediários nas negociações, e sua posição é fundamental devido ao grau de conhecimento específico dentro do ramo de investimentos. Porém existe uma discordância nas informações que de certa forma afeta a relação entre as partes interessadas no tocante a moral, quando o tomador modifica sua possibilidade de pagamento e contratação de intermediário, pois cada um tem uma experiência e informação diferente; de modo que nesta situação o ativo pode ser bem avaliado numa transação ou desvalorizado.

Segundo Resti e Sironi (2009), o setor financeiro é um dos segmentos econômicos em que os investimentos em sistemas de informação e tecnologia têm sido mais significativos. Esses investimentos inevitavelmente expõem os bancos e outras entidades ao risco de falhas dos sistemas, bem como ao risco de erros humanos na programação e no uso deles.

Em geral o risco operacional é a possibilidade de prejuízo nas finanças, com fundamento nas mudanças e variações dos ativos. A combinação do risco de mercado e do risco específico causa o risco integral de um ativo, que pode ser classificado como não sistemático, que é específico da própria empresa ou de alguma de suas repartições, não é expandindo a outras carteiras; no momento de greves ou paralisações, como também alterações no seu parâmetro de receita. O outro seria o risco sistemático que se trata de uma falha em todo o sistema de mercado financeiro, uma crise que reflete nas taxas de juros, câmbio, valores de ativos. Esse risco é medido pelo padrão do mercado, é próprio com características de situações de natureza política, econômica e social.

Contudo, a distinção entre risco e incerteza dar-se-á pela oscilação de fatos e acontecimentos sazonais do mercado financeiro.

Segundo Lawrence (2010) o Governo Federal é o maior devedor dos Estados Unidos; em maio de 2007, a dívida pública era de R\$8.819.278.857.652,00, com quase R\$5 trilhões nas mãos do público e cerca de R\$3,8 trilhões em poder de outros Governos. Com um déficit anual de R\$ 423 bilhões em 2006 e uma projeção de déficit realizada pelo Congresso num montante de até R\$ 1,76 trilhão durante a próxima década, o governo federal tem uma enorme necessidade de

financiamento externo que ofusca qualquer emissão de obrigações privadas. Porém a emissão de títulos públicos do Tesouro Nacional para outros autores é a única que está fora de riscos operacionais, simplesmente pelo fato do Governo ser o mantenedor e controlador de tributos; isto não descarta a possibilidade de ser afetado pela inflação e taxa de juros.

Este artigo procura demonstrar uma probabilidade de reduzir as consequências dos riscos operacionais e as variações de incertezas que flutuam no mercado de investimentos financeiros.

3. Risco Operacional - OR (*Operational Risk*)

Para Edward e Max (2010) risco operacional é um paradoxo e simplesmente não sabemos muito sobre esse campo, pelo menos de uma forma moderna, mensurável e modelável, apesar de que os problemas operacionais, falhas e decisões humanas, são provavelmente as principais causas de crises de falência de bancos, e vão continuar sendo.

Em 2001 o Comitê de Basileia juntamente com a supervisão bancária, adotou uma visão precisa e ampla em que “O risco de que deficiências nos sistemas de informação ou nos controles internos resultem em perda inesperada. O risco é associado ao erro humano, falhas de sistemas e procedimentos e controles inadequados”.

Segundo Resti e Sironi (2010) embora tenha sido acordada uma definição comum de risco operacional para fins regulatórios, ainda não existe uma clara definição entre os profissionais e pesquisadores. Existem muitas definições sobre assunto no meio financeiro tais como: riscos físicos, financeiros e legais, em sistemas, controles e processos, erro humano, falha em gestão.

Qualquer investimento está sujeito a riscos, pois a probabilidade de surpresas em um investimento de Capital, tanto para acionista quanto depositários, sempre ira existir, tem-se uma determinada incerteza no fracasso de alguns investimentos, que são resultados de um método impróprio, uma gestão desastrosa e fraudes.

De acordo com o Comitê de Basileia, podemos classificar em quatro os fatores de risco: Pessoa; Sistemas; Processos e externos.

Pessoas	Sistemas	Processos	Eventos Externos
Fraude, maquinação e outras atividades criminosas; Violação de regras internas (transações não autorizadas,	Problemas de TI (defeitos em hardware/software, atividades hackers ou vírus em computadores, etc.); Acesso não autorizado a informações e segurança de sistemas;	Erros de execução, no registro, na liquidação e documentação (risco de transação); Erros em modelos, metodologias e na marcação ao valor de mercado (risco do modelo);	Atividades criminosas (furtos, terrorismos, roubos ou vandalismos); Eventos políticos e militares (guerras ou

negociações com insiders etc.); Erros referentes à incompetência ou negligência da administração; Perdas de funcionários importantes (doenças, ferimentos, problemas de retenção de equipe etc.); Violações de sistemas de segurança.	Falta de disponibilidade de dados, e integridade inquestionável dos mesmos; Falhas nas telecomunicações; Quebras nas linhas de transmissão.	Erros contábeis e de taxação. Formalização inadequada de procedimentos internos. Questões de conformidade; Quebras de regras; Definição e atribuição inadequadas de responsabilidades.	sanções internacionais); Mudanças no ambiente político, regulatório e legal (risco estratégico); Eventos naturais (enchentes, terremotos, incêndios etc.). Falha operacional nos fornecedores ou nas operações terceirizadas.
--	---	--	--

Fonte: Gestão do Risco na Atividade Bancária e Geração de Valor para o Acionista, Tabela 17.1.

Andrea Resti e Andrea Sironi (2010)

- I. **Pessoa-** Esse fator insere possibilidades, tais como erros humanos, fraudes, violações de regras, negociações com insiders, procedimentos internos, enfim a incompetência e a negligência advinda de decisões humanas dentro das instituições financeiras registraram um alto índice de perdas consideráveis a grandes instituições mundialmente;
- II. **Sistemas-** Nessa situação englobasse o sistema geral de tecnologia de informação, tais como defeitos em *software* e *hardware*, vírus, *hacker* e até erros nas comunicações; uma vez que o sistema financeiro está totalmente ligado ao sistema de informação e a recursos tecnológicos. Nessa situação também existem vários relatos de risco operacional devido a muitos itens como acessos não autorizados, perda de dados, falha no sistema, quebra de transmissão, etc;
- III. **Processos-** O risco de processo é a falta de conformidade em procedimentos e processos internos, riscos de segurança, erros em execuções de transações, erros contábeis, erros em taxas, metodologia, precificação errada;
- IV. **Eventos Externos** Esse fator não está sob o controle dos bancos e inclui uma série de ocorrências que eles podem sofrer que vai desde desastres naturais, vandalismo, furtos, incêndios, terremotos, terrorismo a mudanças políticas, regulatórias e legais que atingem desfavoravelmente os lucros.

É importante realçar que o risco operacional é totalmente diferente de outros riscos bancários devido ao fato de não possuir instrumentos de *hedging*. Embora muitas instituições financeiras tenham introduzido instrumentos de seguro que cobrem perdas externas.

Riscos financeiros (Taxa de Juros, Mercado, Crédito)	Risco Operacional
Enfrentados de maneira consciente e voluntária.	Inevitável.
Riscos “especulativos”, implicando perdas ou lucros.	Riscos puros, implicando somente perdas.
Consistentes com um relacionamento cada vez maior entre risco e retorno previsto.	Não consistentes com um relacionamento cada vez maior entre risco e retorno previsto.
Fáceis de identificar e entender.	Difíceis de identificar e entender.
Comparativamente fáceis de medir e quantificar.	Difíceis de medir e quantificar.
Ampla disponibilidade de instrumentos de hedging.	Falta de instrumentos efetivos de hedging.
Comparativamente fáceis de precificar e transferir.	Difíceis de precificar e transferir.

Fonte: Gestão do Risco na Atividade Bancária e Geração de Valor para o Acionista, Tabela 17.2

Andrea Resti e Andrea Sironi (2010)

3.1 Como Medir o Risco Operacional

Os diversos perfis de risco em um banco tem que ser classificados juntamente com a participação dos gestores seniores e médios das diferentes linhas de acordos do banco. Nesse contexto é necessário observar as ligações gerenciais referentes às introduções de um sistema de medição de risco operacional, as técnicas utilizadas, os exemplos de oscilação e quantificação de perdas esperadas e inesperadas.

Para Martins (2001) em geral, é feita uma distinção quase semântica entre os termos risco e incerteza, cuja conceituação depende do grau de imprecisão associado às estimativas. Quando todas as ocorrências possíveis, ou estados futuros, de certa variável são conhecidas e encontram-se sujeitas a uma distribuição de probabilidade também conhecida, ou que pode ser calculada com algum grau de precisão, diz-se que existe risco. Quando essa distribuição de probabilidade não pode ser avaliada, diz-se que há incerteza. A incerteza, de modo geral, envolve situações de ocorrência não repetitivas ou pouco comuns na prática, cujas probabilidades não podem ser determinadas.

Para se medir um risco é necessário fazer um mapeamento adequado ao histórico das perdas e os fatores considerando o banco entidade de investimento, assim como também outros possíveis

bancos. Essa análise serve de base na construção de um banco de dados apropriado que trará a lisura do risco em questão. Também, é necessário observar que o risco esperado é coberto por provisão devidamente calculada, e o não esperado terá sua cobertura pelo capital do banco. E por fim, esse sistema de medida tem que aferir a hipótese quantitativa caso esse patrimônio seja atingido por esse risco, ou seja, esse sistema de medição tem que ser rígido com os critérios do banco para as medições de outros tipos de risco.

Para que se faça uma medição o banco frequentemente encontra alguns problemas, tais como:

- I. A mensuração de algumas perdas operacionais bancários é difícil de serem quantificadas devido ao seu impacto no mercado financeiro;
- II. Os eventos raros causam certa dificuldade de medição estatística, justamente por não terem uma probabilidade significativa em sua distribuição de valores;
- III. A precisão de dados históricos do passado nem sempre tem crédito nas estimativas de possibilidades em eventos futuros nas operações de risco, pois alguns erros têm desaparecido devido ao progresso tecnológico;
- IV. A medição é afetada negativamente por ter se tornado algo de registro importante somente a partir dos anos 90, isto é, dados de grande consideração para a estimativa de risco esperados e não esperados, não foram registrado.

A identificação dos riscos é a primeira etapa importante, onde se colocam os itens e hipóteses mais importantes, onde o banco faz uma lista de fatores atribuídos ao risco operacional. A segunda etapa seria o mapeamento dos elementos do investimento e o cálculo de probabilidade das exposições ao risco, é uma situação similar à primeira etapa, que identifica as várias atividades e ramo comercial conduzida por cada entidade especificamente de negocio.

A terceira é a estimativa das probabilidades dos eventos mais arriscados, ela exige um cálculo possível entre os coeficientes de risco e cada item de negociação. Esses cálculos podem ser apoiados nas técnicas e dados bancários de eventos frequentes, e outros dados de consórcios interbancários, muitos desses eventos são considerados de alta frequência e baixo impacto - HFLI.

A tabela abaixo demonstra o mapeamento de cada unidade de investimento com relação aos coeficientes de riscos operacionais.

				FATORES DE RISCO			
				Pessoas	Tecnologia	Processos	Eventos Externos
Unidade de negócios	Linha de Negócio	Atividade	Indicador de exposição (EI)				

Atividades bancárias ligadas a investimentos	Finanças Corporativas	Atividades de Investimentos, Serviços de Assessoria, Subscrição e Colocação de Títulos.	TR	X		X	X
	Subscrição e Colocação de Títulos		GI		X	X	X
	Trading e Vendas	Trading Proprietário, Vendas, Negociações no Mercado de Balcão.	GI	X	X	X	
Atividades bancárias normais	Operações no varejo	Operações no varejo, Cartões, Private Banking.	GI		X	X	X
	Operações c/Empresas	Empréstimos às Empresas, Financiamentos de Projetos.	GI	X			X
	Pagamento e Liquidação	Pagamento e Liquidação.	GI		X	X	
	Serviços de Representação	Representação Corporativa, Custódia.	TR		X	X	
Outros	Administração de Ativos	Trustes de Unidades.	AM		X	X	X
	Seguros	Seguros contra Acidentes e de Vida.	TP				

	Corretagem no Varejo	Corretagem no Varejo.	GI	X		X	
--	----------------------	-----------------------	----	---	--	---	--

Fonte: Gestão do Risco na Atividade Bancária e Geração de Valor para o Acionista, Tabela 17.3.

Andrea Resti e Andrea Sironi (2010)

De acordo com Resti e Sironi (2010) os eventos menos frequentes são associados a perdas significativas, denominados eventos LFHI (Baixa frequência e alto impacto). A possibilidade de cada tipo de risco operacional é prevista num cálculo abstrato da gestão bancária amparada por um pensamento qualitativo ou por sistema formal de Rating.

Os *ratings* (avaliação) captam os dados mais relevantes de um determinado evento e especificam o grau de risco de cada repartição de investimento, linha de negociação e ramo de atividade, e mensuram a estimativa de eventos de riscos ligados a diversas classes de rating. Os *rating* sucintos dados em cada setor de investimento tem que ser observados de acordo com seus próprios riscos, bem como a qualidade da gestão implantada. Portanto, a inclusão de um método mais adequado de controle interno não descarta os outros motivos de riscos causados anteriormente.

3.2 Estimativas das Perdas: Previstas e Não Previstas.

A diferença entre HFLI e LFLI é fundamental no momento em que necessitamos fazer um cálculo do prejuízo médio ligado ao tipo de risco previsto, para se mensurar uma perda esperada monetariamente ou em indicadores de exposição.

A quantificação de perdas previstas (**EL**) é dada pelas informações contidas nas fases anteriores, é o resultado do produto de três variáveis:

(**EI**) indicador de exposição;

(**PE**) probabilidade do evento;

(**LGER**) taxa da perda em função do evento.

$$\checkmark \quad \mathbf{EL = EI \cdot PE \cdot LGER}$$

As perdas não previstas são resultados de oscilações de prejuízos derivados do risco operacional e grau de incerteza do investimento, isto é, existem muitas perdas não esperadas.

Para Delocach (2001) o risco é transitório em suas operações, por que qualquer evento no investimento seja por erro humano ou de sistema, seria um fator gerado pelo risco operacional. Enquanto que outros autores destinavam o risco operacional totalmente à tecnologia da informática, porém essa ideia não abrange a quantidade de riscos operacionais existentes no

mercado financeiro. De acordo com as informações nacionais e internacionais de dados de organizações, investidores, acionistas e depositários os riscos podem ser constituídos advindos de fatores internos e externos. Os riscos de modalidade interna são considerados de certa maneira um fator controlável, pois advêm de falhas humanas, falhas tecnológicas e no processamento de dados; já os de modalidade externa não se detêm o controle, pois a variabilidade riscos é bem mais ampla podendo surgir de vários eventos como oscilações de taxas e etc. Contudo não há uma classificação exata e única para os riscos operacionais, pois as instituições financeiras discordam entre si em seus investimentos, nos processos e volumes de transações, tanto no tamanho, complexidade quanto em suas tecnologias.

Já para alguns autores seja qual for a operação ou investimento financeiro, o risco integral pode ser encontra do em todas as situações e que, há uma necessidade de pontuar cada situação em particular delimitando seu gênero. Nesse caso ele pressupõe esses riscos em quatro variáveis:

- I. Risco de mercado;
- II. Riscos operacionais;
- III. Riscos de crédito e;
- IV. Riscos legais.

Nesse contexto ele faz uma breve demonstração das sublocações de cada evento dos riscos de mercado:

Risco	Definição
Taxa de juros	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros.
Taxas de câmbio	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nas taxas de câmbio.
Ações	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nos preços das ações.
<i>Commodities</i>	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nos preços das <i>commodities</i> .
Liquidez	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao fato de suas posições não poderem ser facilmente vendidas ou financiadas a mercado.
Derivativos	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao uso de derivativos (para <i>hedge</i> ou especulação).
<i>Hedge</i>	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao mau uso dos instrumentos de <i>hedge</i> .
Concentração	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido à não diversificação desse fundo.

Fonte: Duarte Júnior (2005).

Segundo os autores Mellagi e Ishikawa (2012), o arranjo dos riscos intrínseco da movimentação bancária, os riscos são consequências resultantes integralmente das probabilidades do corte de pagamentos devidos, logo as instituições financeiras ficam levadas aos riscos inerentes de suas ações, como os riscos externos do mercado de investimentos. Seu pensamento consiste em:

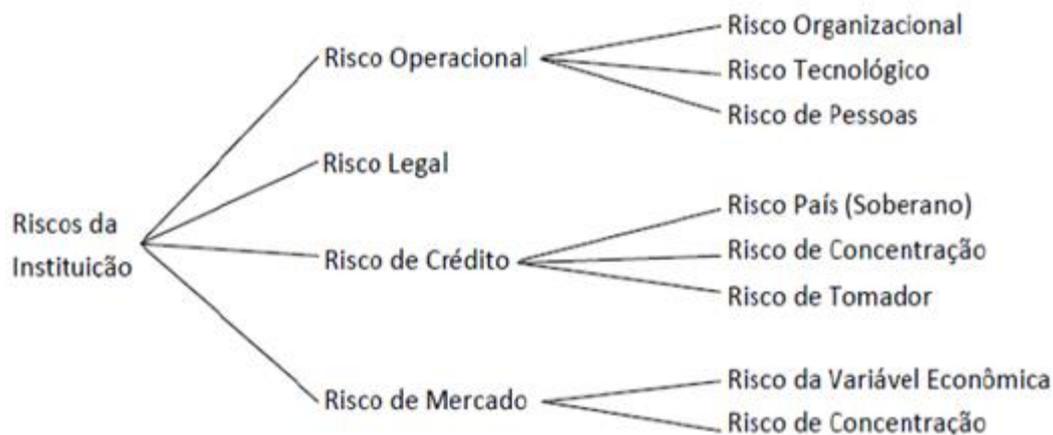
Risco operacional Erros que ocorrerem no funcionamento interno da instituição.

Risco legal Sanções de contratos ou da legislação vigente que afetam as organizações.

Risco de crédito Inadimplência dos tomadores.

Risco de mercado Alterações consideráveis na esfera econômica refletindo em todas as organizações.

Layout de Riscos inerentes à atividade bancária



Fonte: Mellagi e Ishikawa (2012).

4 Etapas e Gestão de Controle do Risco Operacional

Segundo Resti e Sironi (2010) um sistema de gestão de OR não deve se dedicar, como é o caso de outros riscos bancários, à otimização do perfil do risco/retorno, mas sim a minimização das fontes dessa modalidade de risco. De fato, embora um aumento nos outros tipos de riscos seja geralmente associado a um aumento nos perfis previstos, isso não é necessariamente válido para o risco operacional.

Segundo a *Risk Management Association* – Associação de Gestão de riscos (2000), independente das distinções das organizações financeiras, existe a possibilidade de ordenar uma base de gestão e controle de risco operacional em cinco etapas:

1ª Etapa Base tradicional: nessa fase não há uma base convencional para lidar com os riscos operacionais. Pelo fato, da existência contínua dos riscos, ele serão administrados intrinsecamente por seus gestores, pois dependem de uma auditoria de demonstração dos prejuízos;

2ª Etapa Conscientização: Nessa etapa se classificam as instituições que criaram métodos e políticas de controle dos riscos operacionais.

3ª Etapa Monitoramento: Após o apontamento dos riscos e seus efeitos nos investimentos é fundamental elucidar suas consequências para os negócios. Nessa etapa surge o controle do grau de impacto do risco nas operações.

4ª Etapa Quantificação: Nessa etapa a instituição detêm dados suficientes de monitoramento e percepção de sua submissão aos riscos operacionais.

5ª Etapa Integração: O custo associado pelo controle e gestão de riscos é admitido em todos os setores de investimentos, pois eles têm uma grande preocupação com o tamanho real do prejuízo. Os valores são aferidos aos métodos e estratégias de mitigar os risco e qualificar os processos.

A ligação entre OR e controles internos segue dois métodos: a fase efetiva do risco operacional é o papel da metodologia de controle interno de gestão, contudo, por outro lado o sistema de medida do risco operacional tende a gerar novos investimentos em ações de controle, fundamentado em uma análise de custo-benefício.

Tendo em mãos todas as etapas para detenção de um sistema de gestão de risco operacional, evidenciam-se os critérios para que banco decida em:

- I. **Manter:** isso significa que o risco é consistente com a predisposição de arcar com o risco do banco, ou seja, na ambição de um retorno lucrativo e um fluxo de caixa disponível para aplicações arriscadas. Essa é uma opção devido ao custo benefício pretendida caso o banco viesse a reduzir ou transferir o risco, uma situação normal de alta frequência e baixo impacto (HFLI) e de eventos de baixa frequência e alto impacto (LFLI). Na verdade essa perda esperada por esses eventos concerne em ser coberta através de um provimento compatível.
- II. **Contratar seguro:** a ideia de colocar no seguro é uma possibilidade recente e se relaciona com produtos inovadores inseridos por companhias de seguros, de maneira terceirizada. É um método comparativo com o de gestão de sistema de informação, obtenção e ativos imobiliários, que a cada dia que passa está sendo entregues a empresas externas, no qual o banco assume uma taxa e/ou aluguel. Do mesmo modo alguns riscos financeiros que não são intrínsecos do banco, estão sendo arcados por seguradoras terceirizadas. Tais apólices são estabelecidas no principio de perdas provenientes de fraudes e de ineficiência dos colaboradores, também conhecida como Blanket bonds dos banqueiros, que é o mesmo de títulos de fidelidade, que protegem o segurado contra as perdas geradas por roubos, má apropriação, ou qualquer outro comportamento fraudulento por parte de funcionários. Essas fraudes seriam pontuadas como os títulos (*securities*) não autorizados, política de oposição à necessidade compensação antecipada de clientes, seguro contra danos oriundos do banco ou de terceiros no comercio eletrônico e no si tema de informação devido a falhas no andamento e desempenho. Tais apólices são pagas quando há eventos HFLI, que são denominados de baixa frequência e alto impacto, porque são causados por motivos externos como os eventos naturais de terremotos, enchentes, ou dos políticos e regulamentadores que

estão ligados às taxas de câmbio e normas. Observe que se trata de riscos fora do controle bancário, fato que extingue o banco do dano moral e do pagamento de apólice de seguro. O fundamento financeiro tácito ao rumo de uma remoção do risco operacional é constituído na vantagem de globalizar os riscos e suavizar o fluxo de caixa. A variedade de riscos viabiliza a fusão, devido ao capital econômico de vários riscos que não possuem correlação. De outra forma a terceirização do risco pode atingir um equilíbrio maior no fluxo de caixa, logo aumenta a capacidade dos rendimentos financeiros e reduz a receita do capital, que por sua vez cresce seu valor de capital de giro no banco, bem como seu valor contábil gerando montante aos acionistas.

Os benefícios de agrupamentos de risco (*risk pooling*) e suavização de fluxo de caixa (*cash flow smoothing*) são eliminados em alguns contratos, por mais que o capital próprio esteja disponível o capital seguro representa apenas um compromisso de pagamento garantido pela seguradora, aja vista então que os riscos operacionais não são extintos, são apenas transformados em riscos de créditos. Dessa maneira se explica o valor de uma avaliação de crédito das seguradoras. Depois tem o fato de adversidade aos danos morais, onde a cobertura de seguro é mais valiosa, contudo as seguradoras em geral não estão favorecidas na avaliação e quantificação desse risco e acabam cobrando um valor universal a todas as contrapartes com atributos parecidos ou aproximados, levando os melhores clientes a deixar a proteção. Entende-se que no dano moral ao determinar um preço ao seguro, o cliente não tem mais interesse em controlar o risco por que qualquer perda será coberta pela seguradora. Nesse caso as seguradoras em sua maioria solicita que os clientes arquem uma parte do seguro.

- III. *Hedging* (cobertura): essa situação de gestão é usualmente feita em eventos de riscos julgados incompatível com a habilidade de tomada de decisões de risco da organização. Isso porque, não há um mercado completo com métodos e procedimentos, e a cobertura é contemplada devido a normas de redução de riscos sustentada por investimentos em recursos humanos e controle do sistema de informação. Essa situação geralmente acontece em eventos de HFHI alta frequência e alto impacto, devidos a fatores internos, nesses casos as coberturas de seguro apresentam mais problemas, pois são devidas a danos morais.

Considerações Finais

Este artigo teve o propósito de fazer um estudo sobre os riscos e incertezas em investimentos no mercado financeiro classificando a grande diferença que existe entre risco e incerteza, especificando os riscos advindos das operações do mercado financeiro e as atividades bancárias normatizadas por Basileia I e II, bem como o acordo de Basileia III devido à crise recente de Subprime que ainda se encontra em implementação.

Mesmo sendo de grande relevância nos últimos tempos e no cotidiano, o risco operacional demonstra um tipo de risco onde a avaliação e quantificação de seu controle encontra-se em fase imatura e de desenvolvimento. No mundo inteiro a maioria das instituições financeiras não desenvolveram uma metodologia ou normas de uma gestão para o controle medição e quantificação dos riscos operacionais, em sua alocação de capital para diferentes a variedade deles. Até porque, somente nos anos 90 que os bancos internacionais tiveram essa preocupação de coletar dados e manter um sistema sobre as perdas provenientes desse tipo de risco, que somente depois de um tempo irão contribuir para o desenvolvimento de um sistema de medidas e quantificação adequada ao risco operacional, pois a falta de dados nos anos anteriores desempenhou uma grande defasagem no modelo de medida de risco.

Para alguns analistas desse setor o risco operacional nos próximos anos será o tipo de risco líder em investimentos de recursos humanos e tecnológicos no setor bancário, mesmo sendo um olhar extremo, é fato que os investimentos serão de valores de grande porte que irão gerar resultados semelhantes na evolução de métodos tecnológicos e grande mostra de dados, igual os já atingidos no mercado de crédito. Há uma grande carência de conhecimento do investidor quanto à instituição financeira e seus ativos financeiros alcançados, para uma possibilidade de compartilhamento de retornos em vários aspectos econômicos, deixando de ser uma incerteza e movendo-se para um evento de risco. Contudo entende-se que nenhuma estratégia tenha exatidão segura e eficaz em seu desenvolvimento para proteger o investimento de um risco operacional.

Então levando em conta a prática dos investidores do mercado financeiro amparada pelo avanço da tecnologia e discordância das informações, não se limitam as metodologias a procura de uma gestão aperfeiçoada com alternativas de investimentos dentro das expectativas dos riscos e incertezas existentes.

Referências

Andrea Resti e Sironi, **Gestão do Risco na Atividade Bancária e Geração de Valor para Acionista** 1ª Edição, Ed.Qualitymark 2009.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Investimentos**. 8ª Edição. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2010.

COSTA, Paulo Henrique. **O Novo Acordo de Basiléia e seus impactos no papel que as instituições financeiras desempenham nos ciclos econômicos**. In: Economia Política Internacional: Análise Estratégica, Campinas, SP: Instituto de Economia, Unicamp, n. 7 out./dez. 2005.

CVM- Comissão de Valores Mobiliários- Mercado **de Valores Mobiliários Brasileiros**, 3ª 204.

DUARTE JÚNIOR, Antônio Marcos. **Gestão de Riscos para Fundos de Investimentos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

GITMAN, Lawrence, **Princípios de Administração Financeira**. 12ª Edição. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2011.

Medeiros da Silva, Gonçalves e Murolo, Pesquisa Operacional Ed.Atlas 3ª-1998.

MELLAGI FILHO, Armando. ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

Peter F. Drucker, **Desafios Gerenciais Para o Século XXI**, 2000.

Risco de operações, Caderno 1, Universidade Corporativa Banco do Brasil 2009.

Risk Mangement Association, (<https://www.rmahq.org/>), ultimo acesso em 01/05/2018.

SÁ, Geraldo Tosta de. **Administração de Investimentos, Teorias de Carteiras e Gerenciamento de Riscos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

Securato et all, **Cálculo Financeiro da Tesourarias – Bancos e Empresas – 3ª Ed.**Saint Paul 2005.